

Uma reflexão sobre os estudos da paz a partir da conjuntura sociopolítica do Brasil e América do Sul no século XXI, à luz do Índice Global de Paz (IGP)

A reflection on peace studies from the sociopolitical conjuncture of Brazil and South America in the 21st century, in the light of the Global Peace Index (GPI)

Nei Alberto Salles Filho¹

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

nsalles@uepg.br

Andréia Gaspar Soltoski²

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

agsoltoski@uepg.br

Daniele Cristina Bahniuk Mendes³

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

dcbahniuk@gmail.com

Mariana Fordellone Rosa Cruz⁴

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

mfrc86@hotmail.com

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

² Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

³ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

⁴ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

Resumo: Depois das atrocidades vivenciadas na 2ª Guerra Mundial estudos sobre a paz se revelaram essenciais para compreender as dinâmicas do conflito, violência e estabilidade democrática. Com isso, este artigo objetiva refletir sobre os estudos da paz no Brasil e na América do Sul no século XXI, a partir dos dados trazidos no Índice Global de Paz (IGP) e a conjuntura sociopolítica da região. A reflexão teórica se dá na perspectiva crítica dos estudos decoloniais, sendo que se trata de uma pesquisa exploratória com viés bibliográfico e documental. Os resultados apontam a necessidade de estudos para a paz para reafirmar elementos sobre a democracia, os direitos humanos e a sustentabilidade na sociedade atual.

Palavras-chave: Índice global de paz (IGP); América Latina; Paz positiva.

Abstract: After the atrocities experienced in World War II, studies on peace proved essential to understand the dynamics of conflict, violence and democratic stability. Thus, this article aims to reflect on peace studies in Brazil and South America in the 21st century, based on data from the Global Peace Index (GPI) and the socio-political situation in the region. The theoretical reflection takes place in the critical perspective of decolonial studies, and it is an exploratory research with a bibliographic and documentary bias. The results point to the need for studies for peace to reaffirm elements about democracy, human rights and sustainability in today's society.

Keywords: Global Peace Index (PGI); Latin America; positive peace.

Introdução

A passagem do século XX para o século XXI foi recebida com muita esperança na comunidade internacional. Os anos 1990 teriam contribuído com o recrudescimento da “Guerra Fria”, a Comunidade Europeia parecia sedimentada, as questões do meio ambiente ganharam força com a Eco-92, bem como houve uma discussão crescente sobre os direitos humanos e cultura de paz nos diferentes continentes, alavancado pelos Organismos Internacionais. Não obstante o grave atentado às Torres Gêmeas (2002) que trouxe instabilidade nas relações com Oriente Médio e o medo do crescimento do terrorismo internacional, vários países internamente ou em bloco, experimentaram avanços importantes.

Nesse contexto, pensamos o continente americano a partir de algumas questões simbólicas: a eleição de Lula da Silva no Brasil (2002), e a eleição do Barack Obama nos Estados Unidos (2008). Estes fatos, de certo modo, apontavam para abertura democrática acelerada, redução das desigualdades sociais e avanço nas políticas de sustentabilidade neste continente. Porém, a segunda década do século trouxe novas situações, como o avanço das redes sociais articuladas a grupos radicais e apoiados em *fake news*, instabilidade política gerada por grandes corporações com poder econômico e político, em retaliação às mudanças. Neste cenário, verifica-se como efeito, a eleição de Donald Trump (2016) nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro (2018)

no Brasil, como representantes do radicalismo, da violência, da cultura armamentista e das mentiras tratadas como novas verdades.

Diante da turbulência dos últimos anos, objetiva-se, neste estudo, refletir sobre os estudos para a paz no Brasil e na América do Sul no século XXI, a partir dos dados trazidos no Índice Global de Paz (IGP) e a conjuntura sociopolítica da região. Essa abordagem permite olhar o fluxo das questões da América do Sul e no Brasil, pensando os impactos na cultura de violência e na cultura de paz a partir dos próximos anos. Como forma específica, discutem-se questões relacionadas ao Índice Global de Paz (IGP) como elemento importante para refletir sobre a Educação para a Paz na conjuntura da América do Sul e do Brasil, marcados pela instabilidade política, desigualdade social e tráfico de drogas. Para isso, contextualiza o IGP a partir dos indicadores centrais e analisa os dados gerais do referido documento, particularmente em relação ao ranking dos países. Em seguida há o aprofundamento da reflexão em relação aos dados sobre a América do Sul, ao mesmo tempo em que se faz uma análise crítica na perspectiva dos estudos decoloniais. Na sequência é tratado o caso brasileiro, com a diferença negativa no ranking, ao longo da segunda década do século XXI, que reflete a instabilidade social, política e econômica do período.

Com base nisso e de forma a permitir tal análise, utilizar-se-á como referência o Índice Global de Paz – IGP desenvolvido pelo Instituto para Economia e Paz (IEP), um organismo independente, apartidário e sem fins lucrativos, dedicado a mudar o foco do mundo para a paz como um fator positivo. O Instituto está sediado em Sydney, com escritórios em Nova York, Haia, Cidade do México, Harare e Bruxelas; trabalha com diversos parceiros internacionalmente e colabora com organizações intergovernamentais para mensurar e comunicar o valor econômico da paz.

O IGP está em sua 15ª edição e ranqueia 163 estados independentes e territórios, cobrindo 99,7% da população mundial. Sua metodologia utiliza 23 indicadores qualitativos e quantitativos para mensurar o estado relativo de paz de acordo com 3 grupos: nível de segurança social e segurança em geral, extensão dos conflitos domésticos e internacionais em andamento, e grau de militarização. Dentre os resultados encontrados, pode-se afirmar que, globalmente, a violência continua sendo um dos problemas mais urgentes. De fato, voltando o olhar para a América do Sul, tem-se que 50% dos entrevistados se sentem menos seguros do que há 5 anos, apesar de 75% das pessoas - globalmente consideradas - terem manifestado se sentirem tão seguras ou até mais seguras do que 5 anos atrás.

O Brasil foi o país que manifestou possuir o maior medo da violência, sendo que 83% dos brasileiros demonstraram profunda preocupação em serem vítimas de crimes violentos. Além disso, na pesquisa sobre risco, a violência é vista como o maior fator de risco para a segurança diária em 49 dos 142 países pesquisados; no Brasil, Afeganistão, África do Sul, México e República Dominicana, mais de 50% das pessoas veem a violência como o maior risco que enfrentam em suas vidas diárias.

Apesar de o indicador de taxa de homicídio ter obtido a maior melhoria entre os indicadores de segurança e proteção na última década, houve aumentos substanciais, especialmente na América Central; as maiores deteriorações ocorreram no México, Uruguai, Costa Rica e Brasil. Desse modo, os dados indicam que, em democracias imperfeitas, a violência é uma grande preocupação para as pessoas (mais do que em

qualquer outro tipo de governo), sendo que mais de 20% relataram que a violência representa o maior risco para a sua segurança no dia-a-dia.

1. O Índice global de paz (IGP)

O Índice Global de Paz (IGP) - em inglês *Global Peace Index* (IGP) – foi desenvolvido pelo Instituto para Economia e Paz (IEP), em 2007, e tem por objetivo promover uma mudança de paradigma quanto à percepção da paz, para que passe a ser vista como uma medida positiva, tangível e alcançável, e que possa ser mensurada a partir de indicadores; essa nova concepção está voltada, precipuamente, à compreensão do conceito de paz positiva, e, de outro lado, à quantificação do impacto econômico da violência.

Para isso, o IGP ranqueia 163 países conforme o seu “estado relativo de paz”, classificando-os como: países pacíficos, moderadamente pacíficos e não pacíficos. O índice parte de “1”, que é considerado o melhor estado de paz possível. Em 2022, a pontuação do ranking do IGP variou de 1,10 (1º colocado do ranking) a 3,55 (163º colocado do ranking).

O cálculo para se chegar ao IGP considera 23 indicadores, que são ponderados numa escala de 1 a 5, e divididos em 3 categorias: a) 6 indicadores relativos às medidas de conflitos domésticos e internacionais; b) 10 indicadores relacionados à segurança social e segurança em geral; c) 7 indicadores relativos às medidas de militarização; tais indicadores, a seguir descritos, são calculados considerando diferentes pesos, sendo 40% representados pelos indicadores de paz externa e 60% pelos indicadores de paz interna:

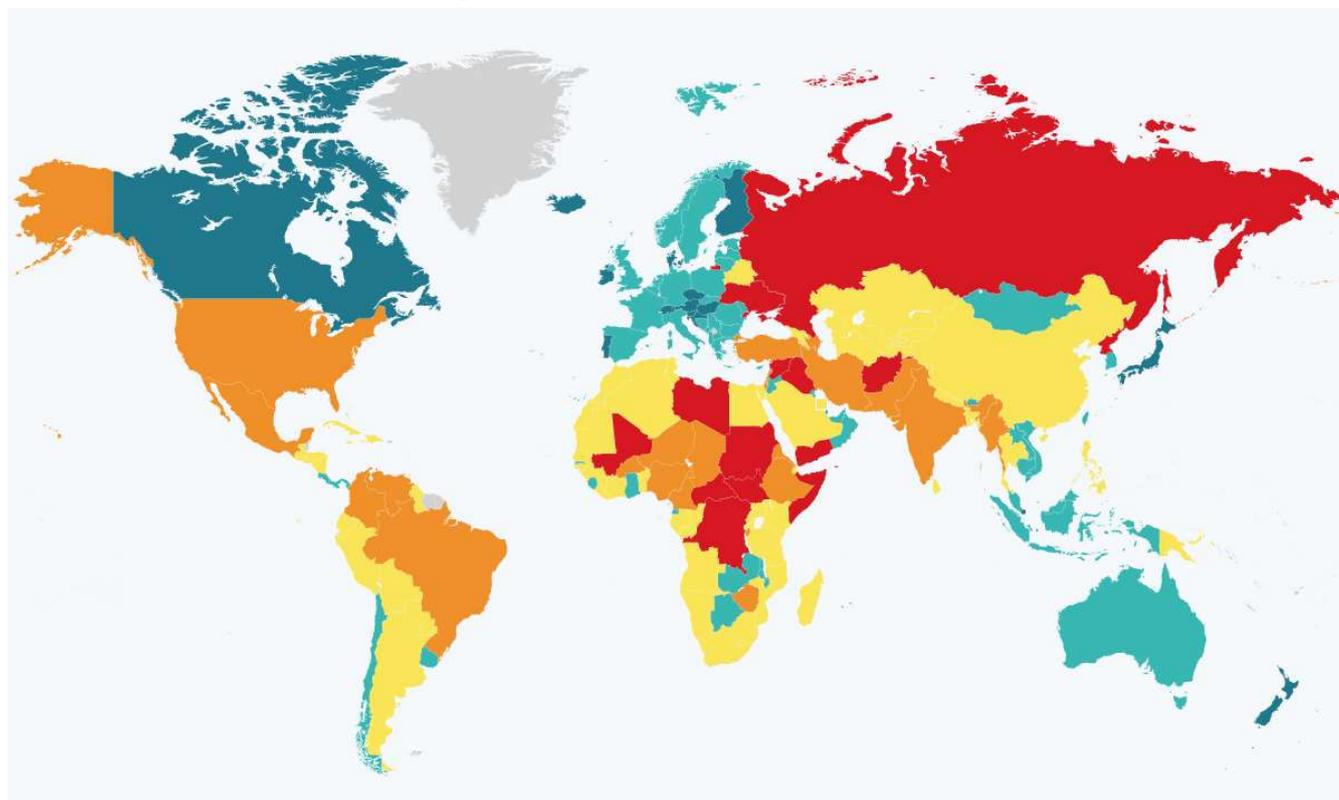
Indicadores que compõem o IGP e os respectivos pesos considerados no cálculo

Grupo do indicador	Tipo de paz	Indicador	Peso
Conflitos internos e internacionais em andamento	Paz externa	Relações com países vizinhos	5
Conflitos internos e internacionais em andamento	Paz externa	Número, duração e papel nos conflitos externos	2,28
Conflitos internos e internacionais em andamento	Paz externa	Número de mortes por conflitos externos organizados	5
Militarização	Paz externa	Despesas militares (% PIB)	2
Militarização	Paz externa	Taxa de pessoal nas forças armadas por 100.000 habitantes	2
Militarização	Paz externa	Financiamento da manutenção da paz para a ONU	2
Militarização	Paz externa	Capacidade para armas nucleares e pesadas	3
Militarização	Paz externa	Volume de exportação de armas por 100.000 habitantes	3
Segurança social e segurança em geral	Paz externa	Refugiados e deslocados internos	4
Conflitos internos e internacionais em andamento	Paz interna	Intensidade dos conflitos internos organizados	5
Conflitos internos e internacionais em andamento	Paz interna	Número de mortes por conflitos internos organizados	5
Conflitos internos e internacionais em andamento	Paz interna	Número e duração dos conflitos internos	2,56
Militarização	Paz interna	Facilidade de acesso a armas pequenas e leves	3
Militarização	Paz interna	Volume de importação de armas por 100.000 habitantes	2
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Nível de percepção da criminalidade na sociedade	3
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Taxa de agentes de segurança e policiais por 100.000 habitantes	3
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Taxa de homicídios por 100.000 habitantes	4
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Taxa de encarceramento por 100.000 habitantes	3
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Manifestações violentas	3
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Nível de crimes violentos	4
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Instabilidade política	4
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Escala do terror político	4
Segurança social e segurança em geral	Paz interna	Impacto do terrorismo	2

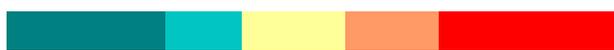
Fonte: IGP, 2022.

A figura a seguir demonstra uma fotografia do estado global da paz em 2022, sendo a Islândia considerada o país mais pacífico do mundo (ocupa a 1ª posição desde 2008) e o Afeganistão o país menos pacífico do mundo, de acordo com o ranking:

Fotografia do Estado Global de Paz em 2022



Estado de Paz



Muito alto Alto Médio Baixo Muito baixo



Sem dados

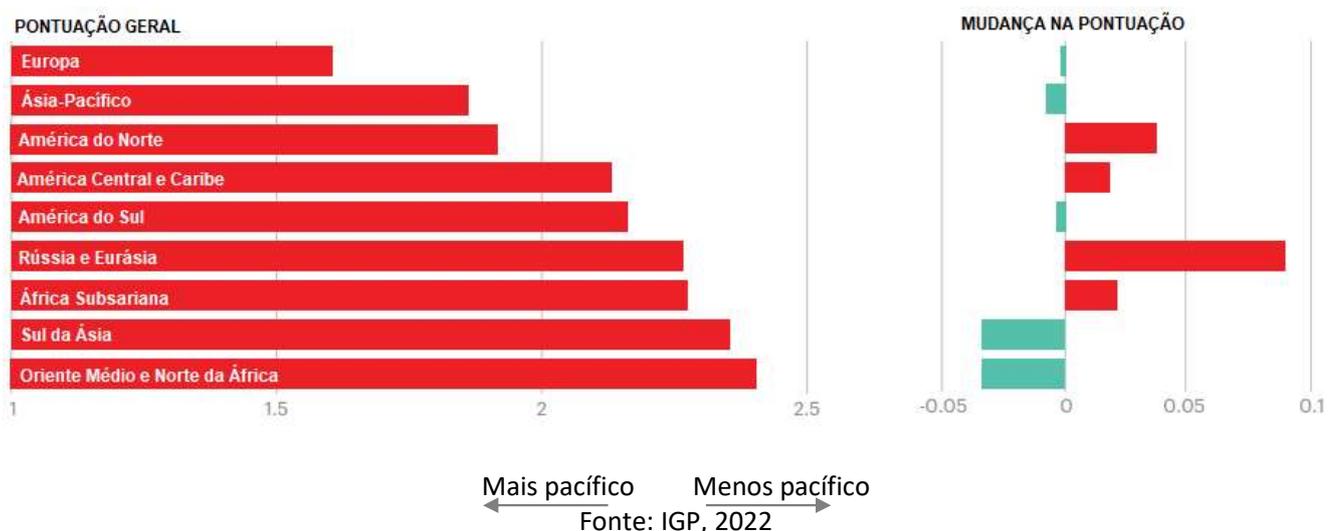
Fonte: IGP, 2022

De acordo com os resultados de 2022, 90 países se tornaram mais pacíficos, 71 menos pacíficos e 2 permaneceram estáveis - a maior queda no ranking foi da Ucrânia, que caiu 17 posições. O nível médio de paz global se deteriorou em 0,03% (a 11ª deterioração nos últimos 14 anos). As melhorias foram impulsionadas, principalmente, pelo impacto do terrorismo, já que 70 países registraram nenhum ataque no ano de 2021 – o melhor resultado desde 2008; já as deteriorações foram ocasionadas pelo aumento dos custos, que majorou a insegurança alimentar e instabilidade política, e diante da pior pontuação da história do IGP nos indicadores: escala do terror político, insegurança política, relações com países vizinhos, e refugiados e deslocados internos.

No que diz respeito às regiões globalmente consideradas, 4 das 9 regiões registraram queda. A região Rússia-Eurásia registrou a maior queda, de 4,1% e a América do Norte, a segunda maior deterioração regional no ranking, com queda de 2% no nível médio de paz. A América do Sul teve o terceiro maior aumento regional no IGP de 2022, com 0,2% - a primeira melhoria desde 2017; considerando os países dessa região, 6 tiveram melhorias e 5, queda; de todo modo, apenas 1 país está localizado entre os 50 países mais pacíficos do mundo – Uruguai (46º colocado no ranking); o Brasil ocupa o 130º lugar do ranking geral e 9º lugar do ranking regional, estando acima, apenas, da Colômbia e da Venezuela. A Europa continua a ser a região mais pacífica do mundo (desde 2008) e possui oito dos dez países mais pacíficos do mundo, de acordo com o IGP de 2022.

A região representada pelo Oriente Médio e Norte da África apresentou melhorias no ranking, mas ainda permanece como a região menos pacíficas em geral. A figura a seguir demonstra as regiões globais, suas respectivas pontuações e mudanças sofridas no ranking de 2022:

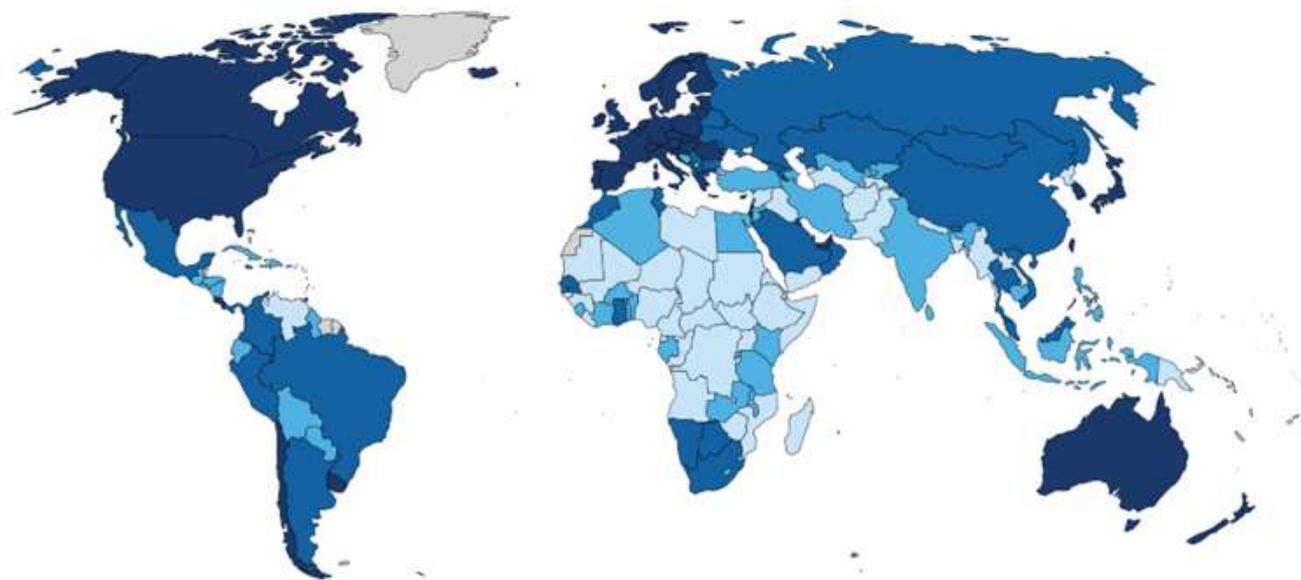
Resultados regionais do IGP de 2022 quanto à pontuação geral e mudança na pontuação do índice



De acordo com os resultados, o principal fator que causou a deterioração global do nível de paz foi no domínio do “número de conflitos em andamento”, em que o indicador “relação com países vizinhos” obteve a maior queda.

No que diz respeito à percepção de paz positiva, considerada como um resumo das atitudes, instituições e estruturas que criam e mantêm sociedades pacíficas, e cujo conceito representa um complemento do conceito de paz negativa (ausência e medo da violência), houve um aumento global de 2,4% na última década: 126 países se tornaram mais pacífico e 37, menos pacíficos; em termos regionais, a América do Norte foi a única região que apresentou deterioração de 2009 a 2020.

Fotografia dos Níveis Globais de Paz Positiva em 2022



Estado de Paz Positiva



Sem dados

Fonte: IGP, 2022

Os países que ocupam as 10 primeiras posições no ranking do índice de paz positiva são: 1) Suécia, 2) Dinamarca, 3) Finlândia, 4) Noruega, 5) Suíça, 6) Holanda, 7) Canadá, 8) Austrália, 9) Alemanha, e 10) Irlanda; e os país que ocupam as últimas colocações do ranking são: 163) Somália, 162) Sudão do Sul, 161) Iêmen, 160) República Centro-Africana, 159) Chade, 158) República Democrática do Congo, 157) Síria, 156) Eritreia, 155) Sudão, e 154) Iraque.

A composição do conceito de paz positiva leva em consideração oito pilares: 1) baixos níveis de corrupção, 2) aceitação dos direitos dos outros, 3) ambiente de negócios sólido, 4) governo que funciona bem, 5) boas relações com os vizinhos, 6) livre fluxo de informações, 7) distribuição equitativa de recursos, e 8) altos níveis de capital humano. E, por sua vez, altos níveis de Paz Positiva estão associados a: a) maior renda per capita, b) resiliência, c) melhores resultados ambientais, d) medidas positivas de bem-estar, e) melhor desempenho dos ODS (objetivos de desenvolvimento sustentável).

Por fim, os resultados demonstraram que o impacto econômico da violência em 2021 foi de US\$ 16,5 trilhões, o equivalente a 10,9% do PIB global, ou seja, US\$ 2.117 por pessoa, total que equivale a um crescimento de 12,4% no impacto econômico da violência em comparação a 2020; as despesas foram representadas, principalmente, pelos gastos militares (46,7%), seguidas pelos gastos de segurança interna (27%).

Cumprir destacar, em especial, o impacto da guerra na Ucrânia no IGP de 2022, pois 2 dos 5 países com as maiores deteriorações na paz foram a Rússia e a Ucrânia. O impacto foi relevante, sobretudo na Ucrânia, onde o sentimento de segurança estava em crescimento de 2019 para 2021 (de 19% para 26%), em contraste com o declínio da média global, de 36%, em 2018, para 27%, em 2021; ainda de acordo com os dados coletados em 2021, apenas 20,3% dos ucranianos consideraram seu governo preparado para lidar com desastres (em comparação com 47,6% da Rússia e 50,5% da média global). Pode-se afirmar, ao final, que o conflito foi o gatilho para a tendência de alta dos preços dos alimentos, para a escassez da cadeia de suprimentos e para o aumento da inflação.

2. Os dados da América do Sul no IGP

Nunca foi tão premente uma análise da América Latina, mais precisamente da América do Sul, no que toca ao Índice Global de Paz, diante de um cenário que apresenta constantes conflitos políticos, polarizações partidárias e uma crescente crise econômica.

Ocorre que mesmo diante do processo de democratização, vivenciado pela América Latina na década de 80, não conseguiu reduzir de forma considerável conjunturas de pobreza e de exclusão social, bem como não obteve êxito na estabilização da institucionalidade democrática, não permitindo que todos os cidadãos exerçam seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, redundando nos expostos conflitos que se pode observar, por exemplo, na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Venezuela, Peru e no Brasil (SERBIN, 2005, p. 177). Cenário que coloca em xeque a sensação de paz, segundo os indicadores que se passa a apresentar.

Segundo o relatório do IGP, publicado em junho de 2021, a América do Sul sofreu a segunda maior deterioração no índice global de paz, devido a uma decadência no tocante a segurança e o sentimento de proteção da população. A América do Sul obteve o pior resultado, nos levantamentos do Instituto nesses quesitos, com mais de 50% das pessoas pesquisadas se sentindo menos seguras agora do que nos últimos cinco anos.

Já no ano de 2022, a América do Sul, experimentou uma pequena melhoria no IGP, devido ao enrijecimento no âmbito do domínio da segurança, proteção e militarização. Trata-se da primeira melhoria da região desde 2017, ainda que muito pequena, o nível médio de paz na América do Sul aumentou 0,2% no último ano. A deterioração da paz no IGP de 2021, na América do Sul, segundo o relatório, foi impulsionada por um aumento de manifestações violentas, bem como o agravamento das relações entre os países da região.

Com a finalidade de deixar clara a deterioração da paz na América do Sul, analisando os relatórios do mesmo Instituto, foi elaborado um quadro demonstrando o ranking de 9 países nos últimos 6 anos, considerados em ordem alfabética.

Ranking no IGP de 9 países da América do Sul de 2017 a 2022

País	Posição Geral 2017	Posição Geral 2018	Posição Geral 2019	Posição Geral 2020	Posição Geral 2021	Posição Geral 2022
-------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Argentina	55	66	75	74	68	69
Bolívia	86	94	85	86	105	80
Brasil	108	106	116	126	128	130
Chile	24	28	27	45	49	55
Colômbia	146	145	143	140	144	144
Paraguai	68	77	88	75	75	77
Peru	71	74	80	84	86	101
Uruguai	35	37	34	35	47	46
Venezuela	143	143	144	149	152	148

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir dos relatórios IGP 2017-2022

Pode-se observar que, considerados os últimos 6 anos, a maioria dos países analisados tiveram a sensação de paz deteriorada, o que vai de encontro com a queda no sentimento de insegurança da população nessa região. Houve apenas uma pequena melhora na Colômbia, de duas posições, e uma significativa melhora na Bolívia que de 2021 para 2022 superou 25 posições.

O Uruguai continua sendo o país mais pacífico da América do Sul e o único da América do Sul entre os 50 mais pacíficos do mundo, considerados os 163 analisados pelo IGP. Porém, teve a terceira maior degeneração na paz nos últimos 6 anos analisados, perdeu 11 posições, esses dados são impulsionados pelo aumento de crimes considerados violentos e pela instabilidade política.

A segunda maior degeneração da paz se deu no Brasil, perdeu 22 posições e é perceptível que degenerou a cada ano, em constante declínio, como consequência dos contínuos conflitos, aumento do crime organizado e intensificação do tráfico de drogas, agravados pela polarização política dos últimos anos. O aumento da militarização e uma clara política armamentista da população da parte do governo brasileiro, em nada auxiliou o Brasil no sentimento de paz e segurança da população.

A maior deterioração da paz, nesse período, foi no Chile com a perda de 31 posições, o país teve sérios problemas políticos nos últimos 3 anos, com agitações civis e protestos violentos, o que levou o Presidente do país em 2019 a declarar estado de emergência, devido a gravidade da situação. Em contrapartida, a Argentina registrou o maior aumento da paz na região e agora está classificada em terceiro lugar na América do Sul e 69 no mundo. O progresso na tranquilidade foi impulsionado por melhorias no impacto do terrorismo, aumento da sensação de segurança entre os cidadãos e diminuição da instabilidade política, fazendo a ressalva que, ao longo de 2022, tal instabilidade volta a crescer.

A Venezuela é o país menos pacífico da região e um dos países menos pacíficos em todo o mundo, com uma classificação de 148 de 163 países. A sensação de paz se agravou na Venezuela no ano de 2021 e o principal motivo foi o aumento do terror político no país. Fato é que a América do Sul, representada pelos 9 países analisados, não pode ser considerada uma região pacífica, sob o ponto de vista dos estudos da paz e como ponto em comum, motivador de tal fato, observa-se a constante ameaça às instituições democráticas e a polarização política. Os fatos geradores da queda da sensação de paz restam em segundo plano aos

gestores públicos, que ao invés de adotarem medidas profiláticas, continuam tratando as consequências das mais diversas formas de violências apresentadas na região, adotam apenas medidas paliativas e continuam reproduzindo e até aumentando o problema ao longo dos anos.

A reprodução dos comportamentos políticos, pensando apenas no tratamento de consequências, sem diagnosticar as causas reais geradoras das mazelas sociais, se dá porque se continua vivenciando a mesma “matriz de poder colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 140), segundo o autor:

Embora as “administrações coloniais” tenham sido quase todas erradicadas e grande parte da periferia se tenha organizado politicamente em Estados independentes, os povos não-europeus continuam a viver sob a rude exploração e dominação europeia/euro-americana. As antigas hierarquias coloniais, agrupadas na relação europeias *versus* não-europeias, continuam arreigadas e enredadas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

Dessa forma, na América do Sul, embora não existam mais colônias, continuam por se reproduzir pensamentos e comportamentos coloniais. O conceito de colonialidade possibilita entender a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo com o fim das administrações coloniais e, como consequência, prosseguem os processos exploratórios que ostentam a opressão, a exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos fragilizados, étnicos-racializados, subordinados, por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais (GROSFOGUEL, 2008, p. 127).

O que se passa na América do Sul é o que se vivencia na América Latina como um todo, uma matriz colonial do poder na história social que constitui a história da própria América Latina, um sistema ordenador e acumulativo das relações sociais e da organização do poder (QUINTERO, FIGUEIRA E ELIZALDE, 2019, p.06).

Embora se vivencie na era da modernidade, segundo Mignolo, essa possui um lado obscuro que é a colonialidade e que permite a reprodução dos comportamentos por parte do grupo dominante de forma cíclica, em nome do poder e em detrimento da classe dominada (MIGNOLO, 2003, p. 30).

Seguindo o pensamento de Ballestrin é necessário descolonizar não só a prática reprodutora dominante, bem como a teoria, em especial a teoria política, sendo um dos passos para descolonização do próprio poder. Para a autora, o papel e a importância da teoria repousam não somente na sua capacidade explicativa, bem como no seu potencial normativo, no sentido de que se toda teoria serve para algo ou para alguém é razoável partir do princípio de que ela reproduz relações de colonialidade do próprio poder. Há de se considerar que, historicamente, a teoria e a filosofia política foram predominantemente pensadas no Norte e para o Norte (BALLESTRIN, 2013, p. 109).

Para descolonizar a teoria, bem como a prática, faz-se necessário pensar a partir do lugar de fala, no caso latino-americano. Muitos pensadores têm unido esforços nesse sentido. Todavia, para descolonizar a prática, precisa-se mais do que pensadores, faz-se necessário resistência, faz-se imprescindível luta. Não uma resistência sangrenta e, muito menos, uma luta armada. Refere-se a uma luta epistêmica!

O caminho seriam as epistemologias de fronteira, que não olham apenas para o Norte, que redefinem a democracia e os direitos humanos, um caminho que possui uma proposta transmoderna e decolonial, já

posta inclusive por Grosfoguel (2008, p. 140) e por Dussel (2006, p. 63), com o objetivo de redefinir a retórica emancipatória, a partir do conhecimento dos subalternos, rumo a luta pela libertação decolonial e em prol de um mundo capaz de superar a modernidade.

É necessário reconstruir os saberes e investir no conhecimento das comunidades locais, dos grupos e dos indivíduos, considerados com todas as suas particularidades e pluralidades, resgatando a dignidade para todos e, principalmente, não permitindo que os direitos humanos e a democracia sejam subjugados.

Democracia, direitos humanos, desenvolvimento e paz são conceitos que se requerem mutuamente, estritamente conectados (JARES, 2002, p. 129). O constante ataque às instituições democráticas vivenciado atualmente nos países da América do Sul e as prolixas manifestações de violência, em suas mais diversas formas, questionam a aptidão do Estado para combater os conflitos e as polarizações políticas e socioeconômicas apresentadas e, por isso, são necessárias as lutas, através dos movimentos sociais:

Una movilidad de las fuerzas sociales que apunte al logro de regímenes políticos de amplia participación. Participación en el poder político no significa tan solo una organización estructurada en torno a una metodología de recuento de votos para cambiar de gobierno, de modo tal que asegure el recambio de los sectores dominantes, la situación de privilegio de las minorías sobre las mayorías. La participación política, la democracia real, es una forma de organización de orden cuantitativo y cualitativo: apunta a influir en el sistema de desigualdades sociales para producir igualdad de oportunidades y posibilidades. Implica la toma de decisión de las mayorías sobre el modo de producción material, política y cultural de la vida (PÉREZ ESQUIVEL, 2011, p.141-142).

Nesse sentido é que a paz envolve a prática dos direitos humanos e, tal prática, necessita da democracia, através do protagonismo social de cada grupo e de cada indivíduo, promovendo o respeito de todos e para todos com dignidade. O índice global de paz é um grande instrumento para a análise de dados e para uma mirada panorâmica da situação dos países. Porém, não abrange informações acerca dos processos de violência estrutural e ou cultural e acaba por negligenciar vozes já silenciadas. Da falta de percepção sobre os processos de violências e suas estruturas, a médio ou a curto prazo, decorrem muitas das violências diretas e a reprodução dos ciclos.

Os países apresentados possuem, sem dúvidas, distintas formações em suas Instituições. Porém, embora distintos, todos pecam na construção da paz dos seus cidadãos. Da mesma forma, todos os países analisados, acabam por manter padrões semelhantes quanto às ameaças às suas instituições democráticas e conservam problemas de segurança pública derivados de conflitos políticos e sociais. O processo de democratização não foi capaz de conter os arbítrios estatais a ponto de preservar o mínimo de dignidade para todos os cidadãos.

Ainda há um longo caminho a ser vencido, principalmente no tocante a qualidade de vida, a miséria, no combate a fome, a exclusão social e a segurança e o caminho para a paz perpassa por todos esses. Ao mesmo tempo né necessário reafirmar que uma perspectiva decolonial é central neste novo caminho reflexivo e analítico.

3. A conjuntura do Brasil

A paz positiva é a ausência de violência indireta, estrutural, ou seja, de outros tipos de violências que limitam ou impedem uma relação de proximidade entre realidade e potencialidade (CIIP, 2002, p. 25). Neste aspecto é importante analisar a conjuntura da América Latina como o único continente livre de guerras, porém o mais violento, e também a situação do Brasil, o maior país da América do Sul.

Para Galtung (1969, p.167) o termo ‘paz’ deve ter um caráter normativo e usado como um fim social, ainda que complexo e difícil de ser atingido. Em outras palavras, a paz almeja a justiça social, deixando de ser uma utopia. O caso brasileiro comprova que as oscilações em sua posição no ranking da paz estão diretamente relacionadas à gestão governamental e escolhas políticas quanto ao enfrentamento da violência direta e estrutural.

No ano de 2003 teve início o governo do presidente Lula, afiliado ao Partido dos Trabalhadores, simbolizando a ascensão da classe trabalhadora ao poder, que se prolongou até final de 2010. O próximo governo foi da presidente Dilma, apoiada pelo seu antecessor e perdurou até meados de 2016, quando foi destituída em seu segundo mandato pelo processo de *impeachment*. É no período Lula-Dilma que o Brasil apresenta suas melhores posições no IGP, iniciando em 2008 na posição 93º e com melhoras até 2014, quando fica em 91º, com oscilações a menor, como no ano de 2011, em que chegou a melhor posição registrada, 77º no ranking da paz.

De acordo com o conjunto de dados⁵ analisados por Castro (2020, p. 213) os anos de 2003-2014 foram marcados na história do Brasil como um interstício de inclusão social. Houve crescimento real de 39% da renda dos trabalhadores, o desemprego caiu e atingiu 7,5% em 2014, o menor percentual registrado, e foram criados mais de 20 milhões de empregos formais, diminuindo a taxa de informalidade. A melhoria na dinâmica do mercado de trabalho concomitante às políticas públicas, como programas de transferência de renda, levou à significativa redução da pobreza e da extrema pobreza, de 25,7% da população em 2002 para 8,1% em 2014. De acordo com o autor, a área da saúde melhorou com fortalecimento do Sistema Único de Saúde, de acesso gratuito e universal a todos os brasileiros, redundando a um aumento da expectativa de vida ao nascer, que chegou a 75,2 anos em 2014.

Na área da educação ocorreu uma ampliação da escolarização, mas continua sendo um acesso reduzido ante as necessidades dos brasileiros. O número médio de anos de estudo para a população com 25 anos ou mais passou de 6,1 anos para 7,7 anos. E ainda, no aspecto da segurança pública, realizou-se forte campanha para desarmamento visando diminuir os homicídios por armas de fogo, que correspondem a 71% dos homicídios (CASTRO, 2020, p. 214-216).

Segundo Galtung (1969, p.173) a violência estrutural é menos perceptível e silenciosa, mas que igualmente afeta a percepção de paz, eis que se trata de um poder desigual, cuja violência social tem correspondência com a injustiça social. Assim, observa-se pelos dados do período a melhoria na qualidade

⁵Dados oriundos do Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IDB/RIPSA: Indicadores e dados básicos para a saúde da Rede Interagencial de informações para a saúde, Fundação João Pinheiro (2018), FGV: Fundação Getúlio Vargas(2018), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018), MJ: Ministério da Justiça e, Ministério Público (informe previdenciários) (BRASIL, 2018).

de vida da população, pela redução da violência estrutural, que fez com que o Brasil registrasse suas melhores posições no ranking do IGP.

Neste sentido é que se pode explicar a subida de posições do Brasil no ranking da paz, no período elencado (2003-2014), pelas alterações positivas nas condições de vida dos brasileiros, advindo de uma política de maior inclusão social. A mudança nas dinâmicas sociopolíticas, com foco no cidadão e promoção de sua dignidade, através de acesso aos direitos fundamentais, reduziu a violência estrutural, alavancando a posição do Brasil no IGP. Contudo, as mudanças vivenciadas na América Latina no início da segunda década do século XXI, representadas pelo aumento das agitações civis em decorrência de ações antigoverno e instabilidade política, elevaram a desigualdade entre países menos e mais pacíficos (PORTAL G1, 2019). Neste contexto, a América do Sul não saiu imune, sendo a região afetada no tocante aos índices da paz.

O Brasil foi igualmente atingido por essa mudança de cenário. O estopim para as manifestações populares em 2013, conhecidas como Jornadas de Junho, foi o aumento da tarifa dos transportes públicos, mas que também protestava pela recorrente violência policial e os altos gastos com megaeventos esportivos⁶ (DAMO, 2020, p. 168). Somada a isso, tramitava no âmbito judicial a Operação Lava Jato, que revelou mais de US\$ 5 bilhões em pagamentos ilegais a empresários e partidos políticos, nos seus mais altos escalões (IGP, 2020, p. 36).

Esse novo panorama, aliado a uma economia de desaceleração que causou uma grave crise política, conduziu ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef em 2016. No ranking da paz, o Brasil perdeu doze posições de 2014 a 2015. Ascendeu ao cargo de Presidente da República o então vice, Michel Temer, cujo mandato de dois anos foi marcado pela instabilidade política e as alegações de corrupção contra pessoas próximas a ele, tendo o Brasil perdido duas posições, passando a figurar na 106^a no IGP 2018.

As eleições presidenciais para o período 2018-2022 foram caracterizadas pela polarização política, direita e esquerda, sendo Jair Bolsonaro, candidato de extrema-direita, eleito em segundo turno com 55,13% dos votos válidos, em detrimento de Fernando Haddad, da esquerda, com 44,87% dos votos válidos.

No ranking da paz de 2019 o Brasil caiu dez posições, devendo-se interpretar que os dados usados de parâmetros refletem a conjuntura dois ou três anos passados. Desta forma, os números apontam a degradação no índice desde os tempos da instabilidade política de 2015/2016, sendo que essa se prolonga no tempo e reflete prospectivamente. Aliado a isso, o primeiro ano de mandato de Bolsonaro, de 2018 a 2019, é marcado pela intensificação da violência praticada pelo crime organizado e tráfico de drogas, bem como pela adoção de políticas de lei e ordem que aumentaram as tensões internas e a redução dos programas de assistência social (IGP, 2019, p. 23).

É de se registrar que a pandemia do SARs-CoV-2, que afetou a população mundial a partir do início do ano de 2020 foi tratada pelo governo federal brasileiro com descaso. O presidente Bolsonaro se posicionou contrário às recomendações emanadas da Organização Mundial da Saúde e questionou a própria credibilidade da ciência. Além disso, defendeu o tratamento precoce, cuja ação é controvertida na literatura

⁶ Brasil foi anfitrião da Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

médica, recomendando o uso de hidroxicloroquina e ivermectina, e fez pronunciamentos desrespeitosos sobre a doença e seus afetados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

Mesmo neste cenário pandêmico, em que era recomendado o distanciamento social, o número de homicídios permaneceu alto no Brasil, estando entre as dez maiores do mundo. Novamente, entre 2019 e 2022, o Brasil caiu mais quatorze posições, figurando na atualidade na 130^a posição do ranking da paz (IGP, 2022, p. 11). A violência estrutural permanece como um dos principais obstáculos para a obtenção de uma melhor qualidade de vida. Desde o ano de 2002 o Centro Internacional de Investigação da Informação para a Paz - CIIP (2002, p. 43) já apontava que na América Latina vários países, incluindo o Brasil, apesar de terem uma democracia consolidada e uma transição relativamente pacífica, existiam indicadores preocupantes relacionadas à violência invisível (todos os tipos de violência estrutural e cultural), principalmente àquelas vinculadas a reformas estruturais.

Tal previsão se confirmou dezoito anos mais tarde. Ao cultivar publicamente a violência bélica⁷ e atacar instituições democráticas⁸, pilares do sistema de freios e contrapesos, o governo atual reforça a violência estrutural. A evidência dessa afirmação é a perda de mais de vinte e duas posições do Brasil no ranking da paz em menos de quatro anos, com o desmantelamento das conquistas sociais e ameaças à democracia, que se pensava estar consolidada.

Os governos não podem confundir a liberdade de escolha de valores e objetivos para a condução política de sua gestão com as necessidades básicas dos indivíduos, essas devem ser respeitadas. Nenhum governo pode insultar necessidades básicas, pois isso é violência (GALTUNG, 2006, p. 11-12). O respeito aos direitos e valores humanos tem que estar presente em todas as sociedades, sendo esse o caminho para uma cultura de paz. Os números do IGP no contexto da América do Sul, com foco no Brasil, permitiram verificar que as oscilações no ranking da paz estavam relacionadas com a paz positiva. Quanto menor a violência estrutural, melhor classificado era o país, e vice-versa. Com isso, fica evidente que apenas com a redução de todas as formas de violência, sejam elas diretas ou indiretas, é que será possível atingir a justiça social.

Neste artigo, analisa-se de maneira concreta, afastando qualquer utopia, a possibilidade de uma cultura de paz, lastreada na educação e respeito aos direitos humanos. Isso se dá a partir do fortalecimento de estudos voltados para a paz.

Considerações Finais

Analisar os dados do Índice Global de Paz (IGP) não é simples, na medida em que são muitos dados construídos a partir de indicadores dos mais diversos. Ao mesmo tempo, é uma tarefa reflexiva provocativa sobre a conjuntura de países e regiões. O que fizemos foi este exercício inicial, evidenciando que a conjuntura

⁷O símbolo da campanha eleitoral de Bolsonaro foi o gesto com as mãos, em que os dedos polegar e indicador simulavam uma pistola.

⁸ Segundo a Human Rights Watch, presidente Jair Bolsonaro está ameaçando os pilares da democracia brasileira. (HRW, 2021).

de períodos específicos age em conjunto com estruturas de maior duração. Por exemplo, no Brasil, é importante considerar que certa estabilidade durante a primeira década do século XXI, durante o governo de Lula da Silva (2003-2010) proporcionou indicadores importantes na perspectiva da paz positiva no país. Já na segunda década, pelas questões apresentadas no texto, esse processo se deteriorou e causou uma deterioração da paz no Brasil.

Relembramos este combo: Operação Lava Jato, que anos depois foi comprovada como parcial, tendo anulação pelo Supremo Tribunal Federal, impeachment de Dilma Roussef, e ascensão do conservadorismo e da extrema-direita nos anos seguintes e uma incompetência na gestão de políticas públicas (2018-2022) que afetou decisivamente as populações vulneráveis, combinada com a Pandemia, tratada com descaso pelo Governo Federal.

Como forma de observar, claramente, retomamos os indicadores da paz positiva, já tratados no texto: 1) baixos níveis de corrupção, 2) aceitação dos direitos dos outros, 3) ambiente de negócios sólido, 4) governo que funciona bem, 5) boas relações com os vizinhos, 6) livre fluxo de informações, 7) distribuição equitativa de recursos, e 8) altos níveis de capital humano. São estes os aspectos que devem ser observados para entender a construção do ranking. Da mesma forma, lembramos que bons resultados na Paz Positiva se associam a: a) maior renda per capita, b) resiliência, c) melhores resultados ambientais, d) medidas positivas de bem-estar, e) melhor desempenho dos ODS (objetivos de desenvolvimento sustentável). Com isso é possível pensar nos dados do IGP e perceber os fluxos no Brasil e na América do Sul.

De acordo com Galtung (1969), vimos que a violência tem três aspectos centrais e integrados: direta, estrutural e cultural. Estes pontos devem ser aprofundados nas análises do IGP, uma vez que as questões referentes à desigualdade e injustiça social perenes, fruto dos processos coloniais, do patriarcado e de capitalismo exploratório ainda são muito fortes na América do Sul e no Brasil, sendo detectadas nas análises. Às questões perenes, que já enfraquecem a possibilidade de paz, temos o momento histórico mais próximo, onde outros elementos trazem desequilíbrio e agudizam as formas de violência.

Com este estudo é feita uma análise com características gerais, buscando as articulações entre macro e micro para, de maneira conjuntural, entender os movimentos da sociedade que atuam para uma cultura de violência ou cultura de paz, como termos palpáveis, concretos e conectados com as diversas realidades.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução do bem-estar social dos brasileiros: da expectativa cidadã ao prenúncio da barbárie social. In: Castro, Jorge Abrahão de, Pochmann. Márcio (Orgs.) *Brasil: Estado social contra a barbárie*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 207-230, 2020.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA A PAZ. *O estado da paz e a evolução da violência*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

DAMO, Arlei Sander. A tragédia que a Copa legou ao Brasil – as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção. *Interseções*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 167- 200, 2020, <https://doi.org/10.12957/irei.2020.54488>.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidad e interculturalidad. In: DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la cultura y la liberación*. México: UNAM, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. Relembra o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. São Paulo e Brasília. 05/03/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembra-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>>. Acesso: 02 ago. 2022.

GALTUNG, Johan. *Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos*. ROSA, Antonio Carlos da Silva (trad). São Paulo: Palas Athena, 2006.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. *Journal os Peace Research*. v.6, n.3, p. 167-191, 1969.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Estado e Sociedade*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. FERREIRA, Inês Martisn (trad). *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], v. 80, p- 115-147, mar. 2008. .URL: <http://journals.openedition.org/rccs/697>;DOI: 10.4000/rccs.697

HUMAN RIGHT WATCH. Brasil: Bolsonaro ameaça pilares da democracia. Nova Iorque. 15/10/2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/15/379911>>. Acesso: 02 ago. 2022.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Peace Index 2017: Measuring Peace in a Complex World. Sydney, junho 2017. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/resources>>. Acesso: 02 ago. 2002.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Peace Index 2018: Measuring Peace in a Complex World. Sydney, junho 2018. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/resources>>. Acesso: 02 ago. 2002.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Peace Index 2019: Measuring Peace in a Complex World. Sydney, junho 2019. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/resources>>. Acesso: 02 ago. 2002.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Peace Index 2020: Measuring Peace in a Complex World. Sydney, junho 2020. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/reports>>. Acesso: 02 ago. 2002.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Peace Index 2021: Measuring Peace in a Complex World. Sydney, junho 2021. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/resources>>. Acesso: 02 ago. 2002.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. Global Peace Index 2022: Measuring Peace in a Complex World. Sydney, junho 2022. Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/resources>>. Acesso: 02 ago. 2002.

JARES, Xesús. *Educação para a Paz: sua teoria e sua prática*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

PÉREZ ESQUIVEL, Adolfo. *Resistir en la esperanza*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

PORTAL G1. América do Sul em turbulência: entenda, em resumo, os protestos e crises políticas na região. 13/10/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/23/america-do-sul-em-turbulencia-veja-em-resumo-os-protestos-e-crisis-politicas-na-regiao.ghtml>>. Acesso: 02 ago. 2022

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia e ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. Masp, 2019. Disponível em: <<https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>> Acesso: 08/11/2021.

SERBIN, Andrés. La construcción de la paz, la prevención de conflictos y el rol de la sociedad civil em America Latina y el Caribe. *Nueva Sociedad*. n.198, jul-ago 2005. Disponível em: <<https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2021/06/IGP-2021-web-1.pdf>>. Acesso em 06 nov 2021.

Submetido: 13/09/2022

Aceito: 10/01/2023